



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



**PROCESSO** **10183.721225/2015-41**

**ACÓRDÃO** 2202-010.845 – 2<sup>a</sup> SEÇÃO/2<sup>a</sup> CÂMARA/2<sup>a</sup> TURMA ORDINÁRIA  
**SESSÃO DE** 9 de julho de 2024  
**RECURSO** VOLUNTÁRIO  
**RECORRENTE** SCHERER SA COMERCIO DE AUTOPECAS  
**INTERESSADO** FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR**

Exercício: 2011

CONCOMITÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA CARF Nº 1.

Não se conhece do recurso voluntário interposto quando há propositura de ação judicial pelo sujeito passivo com o mesmo objeto do processo administrativo. Aplicação da Súmula CARF nº1.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso.

(documento assinado digitalmente)

Sonia de Queiroz Accioly - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Sara Maria de Almeida Carneiro Silva - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Sara Maria de Almeida Carneiro Silva, Ana Claudia Borges de Oliveira, Robison Francisco Pires, Lilian Claudia de Souza, Thiago Buschinelli Sorrentino e Sonia de Queiroz Accioly (Presidente).

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso voluntário interposto contra acórdão da 1<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Brasília (DRJ/BSB), que julgou procedente lançamento de

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) do exercício de 2011, relativo ao imóvel denominado o “Fazenda São Roque” (NIRF 0.406.905-6), localizado no município de Água Boa/MT.

O lançamento é relativo a glosa de Área de Atividade Granjeira ou Aquícola declarada e a arbitramento do Valor da Terra Nua considerado subavaliado pela fiscalização, uma vez que o recorrente não apresentou as comprovações solicitadas.

Já desde a impugnação a recorrente não contesta os valores lançados, mas a titularidade do imóvel, em relação ao qual alega que foi invadido pela empresa Agropecuária Esteio Ltda, e que durante 20 anos o impugnante tentou reaver sua posse; que no ano de 2000 ingressou com ação reivindicatória de posse, e que em 29/07/2009, durante audiência e conciliação, restou acordado que a propriedade seria transferida para a parte ré, mediante pagamento de R\$ 230.000,00 e formalização de escritura pública de compra e venda, obrigação essa que seria imediata e independente de apresentação de CCIR; que apenas em 23/03/2015, ao solicitar matrícula atualizada de seu imóvel, descobriu que a pessoa jurídica ré não havia cumprido sua obrigação de registrar a escritura de compra e venda; que “não detém o direito de usar, gozar e dispor do imóvel em decorrência de invasões de terceiros, e por esse motivo não é responsável pelo pagamento do ITR, requerendo o cancelamento do lançamento de ITR feito contra ela e a transferência do cadastro do NIRF 0406905-6 na RFB para a empresa Agropecuária Esteio Ltda.

O Colegiado da 3<sup>ª</sup> Turma da Delegacia de Julgamento Receita Federal do Brasil em Salvador (DRJ/SDR), por unanimidade de voto, julgou impugnação improcedente. A decisão restou assim ementada::

**DA LEGITIMIDADE PASSIVA. DA ESCRITURA DE COMPRA E VENDA NÃO REGISTRADA EM CARTÓRIO. TRIBUTAÇÃO**

O sujeito passivo da obrigação principal diz-se contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador da obrigação tributária. Contribuinte do Imposto Territorial Rural é o proprietário de imóvel rural, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título. A escritura de compra e venda devidamente registrada em cartório de imóveis transfere a propriedade e, consequentemente, a sujeição passiva tributária para fins de imposição de ITR, ressalvada ao Fisco a possibilidade de provar que o sujeito passivo ainda detinha posse ou domínio útil do imóvel.

**MATÉRIA NÃO IMPUGNADA. VTN - SUBAVALIAÇÃO.**

Conforme art. 17 do Decreto nº 70.235/1972, considera-se não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante. Como consequência, cumpre manter os lançamentos decorrentes.

**MATÉRIA NÃO IMPUGNADA. GLOSA DE ÁREAS DE ATIVIDADE GRANJEIRA OU AQUÍCOLA.**

Conforme art. 17 do Decreto nº 70.235/1972, considera-se não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante. Como consequência, cumpre manter os lançamentos decorrentes.

## RECURSO VOLUNTÁRIO

A recorrente foi cientificada da decisão de piso em 16/3/2020 (fl. 56) e apresentou o presente recurso em 29/4/2020 (fls. 62 e ss), por meio do qual, após narrar os mesmos fatos já narrados quando da impugnação e reiterar as mesmas teses, informou que “não logrando êxito em seu requerimento administrativo formulado diretamente à autoridade tributária, outra alternativa não resta à requerente senão acionar o judiciário para que seja declarado seu direito”.

É o relatório.

## VOTO

Conselheira Sara Maria de Almeida Carneiro Silva, Relatora.

Considerando o disposto nas Portarias CARF nº 8112, de 20/3/2020, e nº 10.199, de 20/4/2020, o recurso é tempestivo, porém não será conhecido.

Conforme relatado, a lide gira em torno da legitimidade passiva em relação ao lançamento do ITR do exercício de 2011, matéria sobre a qual a própria recorrente informa ter recorrido ao judiciário.

Às fls. 226 e ss consta cópia de despacho/decisão judicial proferida nos autos do PROCEDIMENTO COMUM Nº 5007855-26.2020.4.04.7200/SC, onde percebe que de fato a recorrente discute judicialmente a mesma matéria objeto da lide administrativa. Vejamos:

Refere que em 4 de março de 2015 foi surpreendida com a remessa de Notificação de Lançamento n. 9191/00002/2015 por parte da União, relativa aos valores não adimplidos ITR do imóvel localizado em Água Boa/MT.

...

Sustenta que o Imposto Territorial Rural - ITR constitui obrigação propter rem, que acompanha o imóvel, razão pela qual a responsabilidade pelo pagamento é daquele que suceder o titular do bem.

De se notar que até o número da Notificação da Lançamento citada na peça judicial é o mesmo que se discute nos presentes autos.

Dessa forma, considerando a concomitância entre o objeto do presente Processo Administrativo Fiscal e aquele do processo judicial, há que ser observada a Súmula CARF nº 1, não se conhecendo do recurso:

**Súmula CARF nº 1**

Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo

cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial.

**CONCLUSÃO**

Pelo exposto, voto por não conhecer do recurso.

(documento assinado digitalmente)

Sara Maria de Almeida Carneiro Silva